



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

Processo TC nº 09779/13

Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com proventos integrais. **Pedido de Revisão.** Julga-se legal o ato e correto o cálculo de proventos elaborado pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1-TC- 4134/2014

1. PROCESSO TC Nº: 09779/13.

2. ORIGEM: Paraíba Previdência -PBprev

3. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:

3.1. - APOSENTANDO(A):

3.1.1. - NOME: Maria Aparecida Araújo de Azevedo.

3.1.2. - QUALIFICAÇÃO: Professor de Educação Básica 3, Matrícula nº 144.175-2, lotada na Secretaria de Estado da Educação.

3.1.3. - TEMPO DE SERVIÇO: 26 anos, 08 meses e 21 dias.

3.1.4. - IDADE: 51 anos.

3.2. - FUNDAMENTO LEGAL ORIGINAL: Art. 40º, § 1º, alínea “a” e § 5º da CF/88 com a redação dada pela EC nº 41/03, c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

3.3. - DATA DO ATO APOSENTATÓRIO: 06/09/2007.

3.4. - DATA DA PUBLICAÇÃO E ÓRGÃO: DOE de 20/07/2007 (Portaria A – nº 979, p. 38).

3.5. - AUTORIDADE EMITENTE: Presidente da PBprev.

4. DA CONCESSÃO DO REGISTRO PELO TCE: Acórdão AC1-TC- 1472/2010 (p. 48).

5. DADOS SOBRE A REVISÃO DA APOSENTADORIA:

5.1 -DATA DO PEDIDO: 10/09/2009.

5.2. – NOVO FUNDAMENTO LEGAL: Art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o § 5º do art. 40 da Constituição Federal/88.

5.3. - DO ATO APOSENTATÓRIO MODIFICADO : 12/04/2011 (Portaria - A - nº 0926, p. 37).

5.4. – ÓRGÃO E DATA DE PUBLICAÇÃO: DOE de 29/04/2011.

6. RELATÓRIO DA AUDITORIA: Entendeu corretos os cálculos, a legalidade do ato aposentatório revisado em apreço, formalizado pela portaria constante na p. 37 e a concessão do respectivo registro.

7. PARECER DA PROCURADORIA: Oral, na sessão, em harmonia com o órgão de instrução.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

Processo TC nº 09779/13

DECISÃO DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, no exercício do controle externo previsto na Constituição Estadual, art. 71, inciso II, *in fine*, na sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, deferir o pedido de **revisão de aposentadoria**, no que concerne à modificação do fundamento legal do ato concessório, tendo em vista o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o § 5º do art. 40 da Constituição Federal/88, **concedendo registro** ao ato aposentatório revisado da Sra. Maria Aparecida Araújo de Azevedo (p. 37), tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos de proventos feitos pela repartição de origem.

Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE - Sala das Sessões da 1ª Câmara, Mini-plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.
João Pessoa, 24 de julho de 2014.

Em 24 de Julho de 2014



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE E RELATOR



Marcílio Toscano Franca Filho
PROCURADOR(A) GERAL